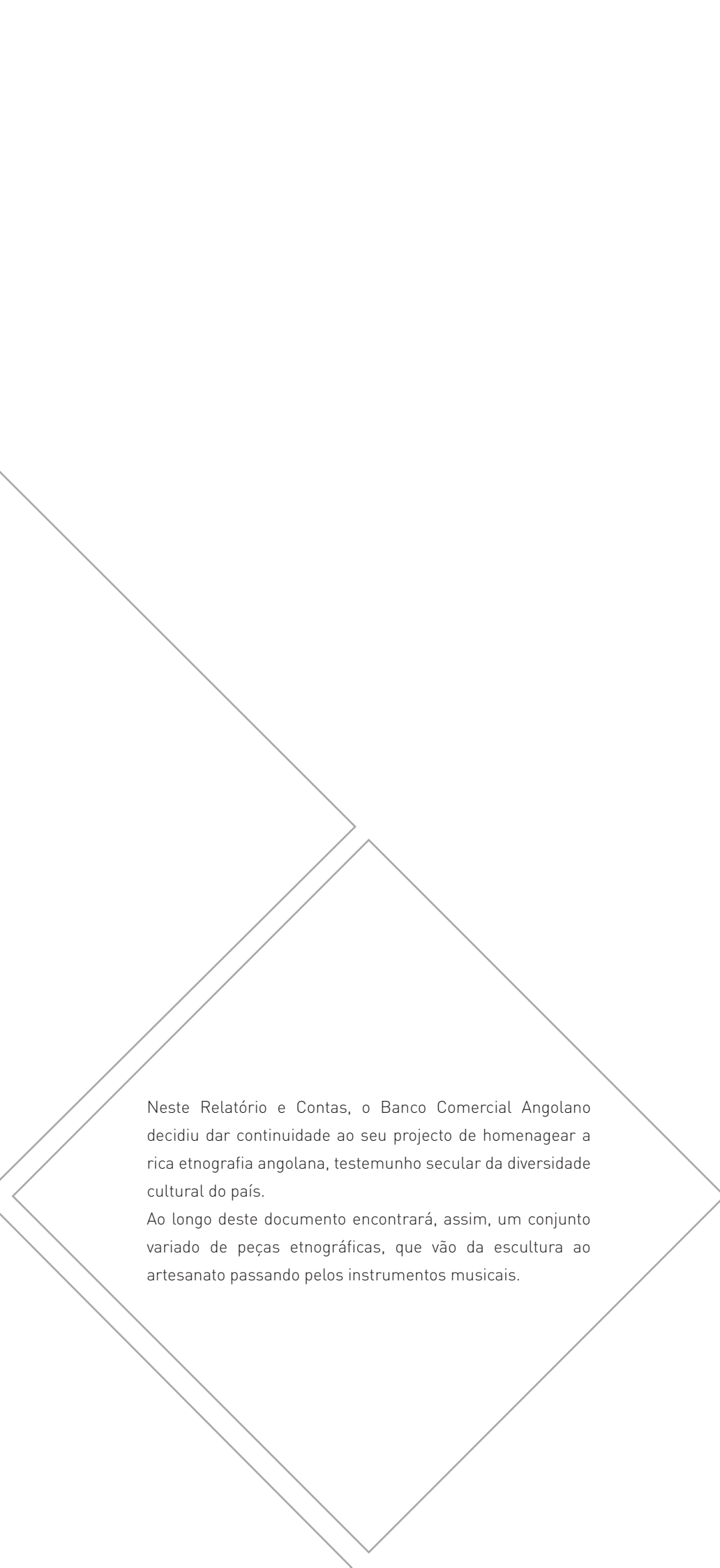




BANCO COMERCIAL ANGOLANO

Relatório e Contas | 2011





Neste Relatório e Contas, o Banco Comercial Angolano decidiu dar continuidade ao seu projecto de homenagear a rica etnografia angolana, testemunho secular da diversidade cultural do país.

Ao longo deste documento encontrará, assim, um conjunto variado de peças etnográficas, que vão da escultura ao artesanato passando pelos instrumentos musicais.



BILHA

Bilha de barro vermelho, com asa e bico laterais, o bojo encimado por uma bela cabeça feminina, a cabeleira de tranças longitudinais; a face expressiva, admiravelmente bem modelada e o pescoço ornado com desenhos lineares gravados.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 148)

Número de Inventário: AO.407
Categoria: Cerâmica
Grupo Cultural: Lwena - Angola
Informação Técnica: Barro vermelho

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI



Aprovação do Conselho de Administração.....	5
Mensagem do Conselho de Administração.....	7
Principais Indicadores.....	11
Órgãos Sociais e de Gestão.....	13
Declaração sobre a Governação Corporativa.....	15
Informação de Gestão de Risco.....	17
O Contexto Macroeconómico.....	23
Canais de Distribuição.....	33
Demonstrações Financeiras.....	35
Balanço.....	35
Demonstração de Resultados.....	36
Fluxo de Caixa.....	37
Notas às Demonstrações Financeiras.....	38
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	63
Relatório dos Auditores Externos.....	64



TAMBOR

Grande tambor direito *ngoma ya shina*, com a pele fixada por cavilhas, friso ornamental entre os quatro punhos (um deles furado, para permitir a passagem da correia de suspensão), compreendendo diferentes motivos geométricos e a representação duma face evocadora da máscara feminina.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 139)

Número de Inventário: AB.324
Categoria: Equipamentos e utensílios
Grupo Cultural: Tchokwe-Minungu - Angola
Informação Técnica: Madeira e pele

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os administradores do Banco Comercial Angolano, S.A. são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade a empresa dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, auditadas e constantes das paginas 35 a 61, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e vão assinadas em seu nome por:

Francisco da Silva Cristóvão
Presidente do Conselho de Administração

Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

Luanda, 18 de Maio de 2012



PEQUENO TRONO

Pequeno trono sustentado por uma cariátide feminina sentada, os cotovelos nos joelhos, suportando com ambas as mãos o assento arredondado, e que a cabeça, com um penteado em calote com cimeira, ultrapassa no lugar em que deveria começar o espaldar.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 150)

Número de Inventário: AJ.289
Categoria: Equipamentos e utensílios
Grupo Cultural: Songo - Angola
Informação Técnica: Madeira

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI

Relatório da Actividade de 2011

O ano 2011 foi caracterizado principalmente por actividades internas da gestão para melhorar o ambiente de controlo interno, a racionalização de custos sem comprometer a eficiência dos serviços e um enfoque na angariação de novos clientes.

As premissas orientadoras da nossa actividade são:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Aperfeiçoamento e modernização da Infraestrutura tecnológica e Operacional;
- O Aumento da capilaridade do Banco à escala Nacional;
- O desenvolvimento e diversificação da oferta de produtos e serviços;
- A melhoria da Imagem do Banco.

As medidas tomadas durante os dois últimos anos financeiros contribuíram de uma forma significativa para a melhoria da situação financeira do banco. A equipa de gestão procurou também, consolidar o trabalho de reorganização e adopção de práticas de gestão de risco de padrão internacional. As principais áreas de enfoque foram as áreas de Governança Corporativa, Financeira, Risco de Crédito, Tesouraria, Rede de Balcões, Recursos Humanos, políticas de Know Your Customer, Compliance e Gestão de Fornecedores.

Indicadores Financeiros

Activo

Em 2011 houve um crescimento dos activos do banco em cerca de 55%, fruto do incremento das aplicações no mercado monetário, em títulos e valores mobiliários, assim como nas imobilizações (corpóreas), não obstante a relativa redução de créditos. Dos activos, 62% são remuneráveis o que representa uma redução em cerca de 1% em comparação com o ano anterior.

Passivo

No lado do passivo, também foi registado um aumento significativo nos depósitos de clientes. Muitos clientes continuam a preferir manter os seus recursos à ordem resultando assim numa maior concentração nos depósitos à ordem ao invés de depósitos a prazo.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios registaram um aumento gerado pelo Resultado Líquido do último exercício e o cálculo do justo valor dos títulos e valores mobiliários.

Demonstração de Resultados

Em 2011, a margem financeira aumentou em 28%. Esta subida deveu-se em grande parte a uma melhor rentabilização de liquidez em moeda nacional no mercado interbancário e da compra de títulos e obrigações de tesouro. A margem complementar teve uma variação positiva de 13%, em comparação com o ano 2010. Os resultados em operações cambiais reflectem naturalmente a redução substancial dos spreads praticados nas operações de venda de divisas.

A equipa de gestão continua empenhada na redução de custos e no aumento dos proveitos com vista a ter um rácio de cost-to-income aceitável. Este rácio melhorou de 65,4% para 62,9%.

Proposta de Aplicação do Resultado 2011

Nos termos da regulamentação especial do Banco Nacional de Angola nomeadamente do número 1 do Artigo 76º da Lei das Instituições Financeiras do Instrutivo nº 09/07, das Regras prudenciais emanadas pelo Supervisor e da alínea j) do art.º 19 dos estatutos do Banco Comercial Angolano. Propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício de 2011 no montante de 903.284 milhares de Kwanzas:

1. 45.164 milhares de Kwanzas para reforçar a reserva legal;
2. 190.547 milhares de Kwanzas para dividendos aos accionistas, no valor de AKZ 58,24 por acção para os 3.271.754 acções subscritos à data de balanço;
3. 667.573 milhares de Kwanzas para reforço de reservas livres.

Perspectivas para o futuro

Para o ano de 2012, continuaremos focados na expansão da nossa rede de balcões, e passaremos dos actuais 23 para 31 pontos de venda. Marcaremos presença nas províncias da Huila, Malanje, Soyo e Saurimo com agências de grande dimensão. O objectivo preconizado continua a ser o de uma maior captação de clientes, maior rentabilização do negócio e alargar a nossa presença à escala nacional.

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O reforço das competências com vista a levar ao mercado a imagem de um banco credível, bem assim como a modernização da nossa infraestrutura operacional e de informática continuarão a ser as pedras basilares da nossa acção.

O lançamento do Internet Banking, a conclusão do Disaster Recovery, o Plano de Continuidade de Negócios e a emissão de cartões de crédito e de débito da marca VISA são igualmente tarefas cuja execução se encontra em fase de conclusão.

Estamos certos de que atingiremos as metas propostas porque acreditamos neste projecto, e na equipa que nos acompanha.

Francisco da Silva Cristóvão
Presidente do Conselho de Administração

Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva



CORDOFONE KAKOSHA

Cordofone *Kakosha* de forma cilíndrica, com duas cordas e duas cavilhas (uma perdeu-se), tocado por meio dum arco de corda vegetal; o punho, revestido por dois anéis de chapa, é encimado por uma cabeça feminina com um penteado composto por mechas de algodão enrolado e avivado por contas multicores, botões e pregos de latão. Este tipo de cordofone com punho cefaloforme é igualmente conhecido pelos Holo.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 112)

Número de Inventário: ANT.D.79.5.36
Categoria: Instrumentos musicais
Grupo Cultural: Mbangala - Angola
Informação Técnica: Algodão, madeira, missangas,
fibra vegetal, ferro e latão

Museu da Ciência da Universidade de Coimbra - Portugal
Depósito dos Missionários do Espírito Santo
Fotógrafo: Carlos Barata
Copyright: © Museu da Ciência da Universidade de Coimbra

PRINCIPAIS INDICADORES

	2011 AKZ'000	2011 USD'000	2010 AKZ'000	2010 USD'000
Balanço				
Total do activo	36.512.824	383.211	23.500.873	253.672
Crédito sobre clientes	3.850.141	40.408	4.512.456	48.708
Recursos totais - clientes	31.569.698	331.333	19.440.289	209.842
Capitais próprios	4.148.893	43.543	3.341.116	36.064
Actividade				
Margem financeira	1.325.817	14.127	1.036.497	11.287
Produto bancário	2.893.828	30.820	2.404.622	26.177
Custos de estrutura	1.819.456	19.378	1.572.027	17.105
Resultado operacional	1.074.372	11.442	832.595	9.072
Resultado líquido	903.284	9.643	689.319	7.525
Margem financeira/produto bancário	45,8%	45,8%	43,1%	43,1%
Margem complementar/margem financeira	118,3%	118,2%	132,0%	131,9%
Cost-to-income	62,9%	62,9%	65,4%	65,3%
Custos de estrutura/activo total médio	6,1%	6,1%	6,9%	6,9%
Solidez e Liquidez				
Crédito vencido/crédito total	19,2%	19,2%	6,2%	6,2%
Provisões/crédito vencido	45,6%	45,6%	107,9%	107,9%
Rentabilidade do total de activo (ROA)	2,5%	2,5%	3,0%	3,0%
Rentabilidade dos fundos próprios (ROE)	24,2%	24,2%	22,7%	22,7%
Rácio de solvabilidade	11,0%	11,0%	14,0%	14,0%
Rácio de imobilizado	50,9%	50,9%	43,4%	43,4%



PENTE

Pente com oito dentes, punho retangular decorado nas duas faces e encimado por duas figuras femininas, sentadas ao lado uma da outra, com os cotovelos nos joelhos.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 137)

Número de Inventário: AO.217
Categoria: Equipamentos e utensílios
Grupo Cultural: Tchokwe - Angola
Informação Técnica: Madeira

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright:© DGPC / DDCI

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem "Mbinda"

Mário António de Sequeira e Carvalho

José Francisco Luís António

Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo)

Administrador (Não Executivo)

Administrador (Executivo)

Administrador (Executivo)

Administrador (Executivo)

Francisco da Silva Cristóvão

António Daniel Pereira dos Santos

Mateus Filipe Martins

Mathias Tohana Nleya

José Carlos de Almeida Marques

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Comissão Executiva

Presidente

Vogal

Vogal

Mateus Filipe Martins

Mathias Tohana Nleya

José Carlos de Almeida Marques

Direcções

- Financeira
- Risco e Crédito
- Mercados Financeiros
- Auditoria Interna
- Recursos Humanos
- Operações
- Infraestruturas
- Informática
- Gabinete Jurídico
- Políticas e Procedimentos
- Banca de Retalho
- Banca de Empresas

Helder Lisboa

Tatiana Muhongo

Bo Kronback

António Cambuta

Hernani Cambinda

Carlos Fernandes

João Reis

Otniel Agostinho

Delfina Cumandala

Lizeth Lemos

Mário Leitão

José Carlos de Almeida Marques



OBJECTO DE ADORNO

Adorno "tchitundo" constituído por um conjunto de fibras engenhosamente reunidas em volta do pescoço, com rosácea central, e todo o conjunto guarnecido com missangas de diferentes cores.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 185)

Número de Inventário: AH.589
Categoria: Corpo
Grupo Cultural: Mucubal - Angola
Informação Técnica: Fibras vegetais e missangas

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI

DECLARAÇÃO SOBRE A GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

O Conselho de Administração pretende que os mecanismos de boa governação corporativa continuem a ser observados no BCA. Na implementação de boas práticas de governação foi considerado apropriado constituírem-se vários comités, nomeadamente:

Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria tem a responsabilidade de rever as políticas contabilísticas do banco; analisar os relatórios de auditoria interna e trabalhar em conjunto com o Conselho Fiscal. O comité tem 3 membros e os mesmos não fazem parte de qualquer outro comité do banco.

Comité de Remuneração

O Comité de Remuneração tem a responsabilidade de decidir sobre a remuneração dos órgãos sociais e é composto por 3 membros nomeados pelos accionistas e os mesmos não exercem outra função no banco.

Comité de Crédito do Conselho

O Comité de Crédito do Conselho tem a responsabilidade de aprovar pedidos de crédito acima do limite estabelecido para o comité de crédito de gestão. O comité de crédito do conselho aprecia apenas os créditos previamente analisados pelo comité de crédito de gestão e recomendados para apreciação a este nível. O comité é composto por 3 membros (1 administrador executivo e 2 administradores não executivos).

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

O Comité de Gestão de Activos e Passivos tem a responsabilidade de assegurar a rentabilidade dos activos do banco na perspectiva de maximizar o retorno para os accionistas. Este comité reúne ordinariamente uma vez por mês e toma decisões sobre a gestão de activos e passivos, isto é, gerir a composição e decidir o tipo de activos ou passivos em que o banco irá investir entre outras funções. É composto pela comissão executiva e os directores das áreas associadas à actividade.

Comité de Recuperação de Crédito

É um comité de gestão que tem a responsabilidade de efectuar o acompanhamento dos créditos em mora e também, os que ainda estão em situação normal mas que apresentam um risco acrescido resultante de alterações em vários factores fora de controlo dos clientes e que poderão ter um impacto negativo na sua capacidade de honrar os compromissos assumidos.

Comité de Novos Produtos

Este comité tem a responsabilidade de desenvolver novos produtos e/ou efectuar alterações a produtos existentes para satisfazer as necessidades dos clientes que alteram de tempos em tempos.

Comité de Gestão de Risco

Este comité reúne numa base trimestral para analisar os seguintes riscos:

- Risco operacional
- Risco de reputação
- Risco de branqueamento de capitais
- Risco legal e de conformidade

Comité para a Expansão da Rede de Balcões

Responsável pela definição da estratégia de expansão e avaliação dos custos associados. Dele fazem parte dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.

Comité para o Suporte Técnico

Responsável pelo desenho e funcionamento de infraestrutura informática. Dele fazem parte dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.



ESTATUETA MASCULINA

Efígie masculina representando sem dúvida um notável, sentado com as pernas cruzadas, uma sobre a outra, com uma espingarda na mão direita e uma espécie de bolsa na esquerda. Olhos encrustados de faiença branca com pupilas pintadas de negro.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 67)

Número de Inventário: AL.055
Categoria: Escultura
Grupo Cultural: Kakongo - Angola
Informação Técnica: Madeira e vidro

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI

A gestão de riscos é uma das competências fundamentais do Banco Comercial Angolano e constitui a base para a execução das actividades, para a avaliação de alternativas estratégicas e para o estabelecimento de objectivos consentâneos com a estratégia seleccionada.

A filosofia de risco do Banco Comercial Angolano é orientada para o objectivo de criação do valor accionista, através do crescimento sustentável do nível de resultados, de uma forma consistente com as expectativas dos accionistas.

A cultura de risco e ética do Banco é consentânea com a filosofia de risco. O objectivo do Banco a este respeito é de assegurar que seja mantida uma cultura de gestão do risco, de acordo com standards internacionais aplicáveis, em todas as suas operações.

A gestão do risco é fundamental para as operações do Banco e constitui uma competência crucial para que a gestão opere de forma mais eficaz, num ambiente caracterizado por incertezas e riscos.

A gestão de riscos inclui a quantificação dos riscos associados às actividades comerciais, assegurando que os riscos assumidos respeitam os limites prudentes estabelecidos, que os preços cobrados pelos diferentes produtos e serviços reflectem os riscos a eles associados e monitorar, numa base integrada, o perfil de recompensa do risco da carteira comercial e de investimentos do Banco.

Os detalhes de alguns dos principais riscos geridos são os que seguem:

Risco operacional

O Risco Operacional define-se como um risco directo e indirecto cujo impacto resulta dum processo interno inadequado ou inexistente, pessoas, e sistemas ou originário de eventos externos. Com o propósito de calcular o custo do capital do risco operacional, o risco legal, o risco estratégico, reputacional e o risco sistemático são excluídos.

O BCA segue a Abordagem Avançada de Medição (AMA) para a gestão do risco operacional uma vez que considera que existem benefícios financeiros e de reputação consideráveis aos quais uma gestão do risco operacional contribui para:

- Reduzir os eventos da gestão do risco operacional e as associadas perdas financeiras;
- Fortalecer a marca BCA e o custo do capital para o risco operacional;
- Satisfazer expectativas do Banco Central;
- Acompanhar uma gestão pró-activa dos grandes eventos de risco operacional e, controlos não efectivos, possíveis violações aos limites dos indicadores chave;
- Estabelecer níveis de apetite do risco, tolerância e atribuições de responsabilidades
- Delegar autoridades;
- Definir a alocação dos riscos operacionais, através duma cultura do conhecimento do risco operacional. Por exemplo, os órgãos de avaliação, cada vez mais, vão incluir o risco operacional como uma componente explícita da sua avaliação de crédito.

O Conselho de Administração do BCA espera que os riscos operacionais relacionados com as actividades de negócio sejam claramente identificados, avaliados, controlados, comunicados e geridos através do processo interno designado DRACA (Avaliação e Controlo detalhado dos Riscos). Cada uma das unidades de negócio e funções do BCA deve gerir o seu risco operacional em cumprimento deste modelo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de comprometimento da capacidade financeira do banco, de tal ordem que as operações correntes não podem ser financiadas e os compromissos financeiros não podem ser cumpridos atempadamente.

O risco de liquidez comercial refere-se ao risco da incapacidade de cobertura de posições abertas de instrumentos financeiros de forma rápida e em valor suficiente a preços de mercado, por forma a evitar impactos financeiros adversos, resultante tanto de escassez de liquidez no Mercado ou pelo facto do mercado se encontrar encerrado.

A gestão prudente da liquidez é fulcral para a viabilidade do Banco. A gestão do risco de liquidez inclui uma abordagem geral sobre a estrutura do balanço patrimonial do Banco, que consolida e sintetiza todas as origens e aplicação da liquidez, para além de incluir a análise da liquidez, da rentabilidade e da sensibilidade dos diferentes elementos do activo e passivo relativamente às variações da taxa de juro. A monitorização do risco de liquidez é desenvolvida independente e regularmente pelo Director de Risco e é reportada ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) e à Comissão Executiva.

A gestão de liquidez do Banco, visa atingir os seguintes objectivos principais:

- Satisfazer a procura por dinheiro dos clientes, incluindo levantamentos/pagamentos e financiamento a empréstimos;
- Fazer face às flutuações sazonais entre o nível de depósitos e o nível de levantamentos ou pagamentos a terceiros;
- Fazer face às oscilações cíclicas das condições económicas com impacto na disponibilidade dos fundos e /ou na procura por fundos;
- Minimizar o impacto adverso de potenciais alterações das condições prevaletentes de mercado, susceptíveis de afectar a capacidade do Banco de se auto-financiar; e
- Fazer face às consequências emanadas da perda de confiança do público, que pode induzir a uma corrida aos bancos.

Para a realização eficaz dos objectivos acima ilustrados, os seguintes instrumentos para a gestão da liquidez são utilizados:

- Monitorar e gerir o custo de liquidez no Banco através de reuniões diárias de liquidez;
- Assegurar que o Banco detém, a qualquer momento, um montante determinado de activos líquidos como protecção contra um movimento imprevisto no cash flow;
- Considerar e gerir as características e os riscos das diferentes fontes de liquidez, adoptando estratégias apropriadas de financiamento (incluindo a constituição de uma carteira de fundos, diversificada e estável), consentâneas com as necessidades de liquidez do Banco;

- Reduzir o risco de liquidez emanado de concentrações indevidas das fonte de financiamento – garantir a diversificação adequada da estrutura de depósitos, examinar o nível de confiança numa determinada fonte específica de financiamento, quer seja ao nível do depositante individual ou ainda por tipo de instrumento;
- Considerar a necessidade de diversificação das fontes de liquidez, estabilidade dos activos e a disponibilidade das fontes alternativas de financiamento à liquidez.

Em geral, o risco de liquidez é gerido por via da abordagem sobre o cash flow, com o propósito final de assegurar um nível adequado de liquidez mensal (evitando uma concentração indevida de fundos, bem assim como cumprir com os limites de cash flows expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes) através da optimização da estratégia de financiamento, tomando sempre em consideração a expectativa em relação à taxa de juro e ao crescimento projectado do balanço patrimonial.

O processo de monitorização do risco de liquidez, através de limites quantitativos inclui:

- Cash flows mensais expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes.
- Reservas obrigatórias e outros requisitos regulamentares.

A Direcção de Tesouraria / Sala de Mercados (SM) do Banco é responsável pelo cumprimento das normas regulamentares de liquidez, emanadas do Conselho de Administração.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro refere-se ao risco de variação da condição financeira do Banco, devido a alterações dos níveis das taxas de juro de mercado, activas e passivas. Mutações da taxa de juros afecta o rendimento líquido de juros do Banco e outros rendimentos sensíveis à variação das taxas de juro, para além de afectar o risco geral de crédito. Por outro lado, na perspectiva económica, a alteração nas taxas de juro afectam o valor dos seus activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais.

O risco da taxa de juro pode resultar da diferença advinda do repricing dos activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais do banco (repricing mismatch risk); da alteração no declive da curva de rendimentos (risco da curva de rendimentos – yield curve risk); de correlações imperfeitas entre as taxas activas e passivas de instrumentos diferentes com características de alteração semelhantes (risco de base); e de Opções relacionadas com taxas de juro (risco de opção).

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho operacional. O risco empresarial/de negócio é definido como o montante máximo do desvio negativo dos níveis previstos das margens líquidas de juro activas e passivas (devido ao volume dos activos e passivos, composição e desvios na fixação de preços), honorários, comissões e taxas de serviços prestados, assim como as despesas operacionais geridas pelo Banco.

Os limites quantitativos para o risco de taxas de juro são determinados com base no objectivo do Banco de limitar a sua exposição a consequências adversas advindas de alterações nas taxas de juro prevalentes.

O objectivo primordial do processo de gestão de taxas de juro activas e passivas do Banco é de conter as reduções do rendimento líquido de juros resultantes de alterações substanciais das taxas de juro.

O Banco Comercial Angolano deverá utilizar modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro (projeções) para avaliar a exposição do Banco a alterações nas taxas de juro a curto prazo. O Conselho de Administração poderá estabelecer e aprovar anualmente limites de sensibilidade do rendimento líquido de juros. No mínimo, o Banco deverá mensurar trimestralmente a sensibilidade dos seus rendimentos líquidos de juro às variações da taxa de juro. Os resultados propiciados pelos modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro ilustram o impacto antecipado, em pelo menos dois cenários diferentes e hipotéticos, de variações nas taxas de juro, para períodos de pelo menos um ano. Um dos cenários reflecte, tanto quanto possível, a melhor estimativa relativamente às condições futuras mais prováveis da taxa de juro. Outro dos cenários reflecte a estimativa da Direcção relativamente a um nível extremamente adverso da taxa de juros e é utilizado para avaliar o comportamento dos rendimentos líquidos de juro em condições de tensão.

Perfis da recompensa do risco com uma taxa de juro a doze meses (com a recompensa definida como a realização ou sobre-realização da variável destino — como sejam receitas líquidas de juros e suas componentes orçamentadas/previstas — e o risco definido como a variação negativa da variável destino), para o rendimento do juro líquido e seus componentes, são quantificados e avaliados através duma abordagem de simulação compreensiva. Esta abordagem de simulação cobre uma variedade de possíveis cenários de taxas de juro. No desenvolvimento de cenários de taxas de juro, são considerados diversos factores como seja o nível e a estrutura prevalecte de taxas de juro, bem assim como os movimentos históricos.

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, no negócio (risco empresarial), do seguinte modo:

- Margem de activos: A margem de activos em risco é o impacto que movimentos adversos no nível de preços, volumes e composição dos activos (tipo de produto, estrutura da base de clientes) originam no valor dos activos do Banco. Relativamente à relação entre o preço dos activos e o risco de crédito, as perdas esperadas de crédito constituem um custo intrínseco ao próprio negócio creditício. O risco de crédito, é no entanto, gerido como parte do processo normal de actividades de gestão e monitorização da carteira de crédito do banco, de acordo com a política de risco de crédito em vigor.
- Margem de passivos: A margem dos passivos em risco é o impacto que os movimentos adversos no nível de preços e composição do passivo (tipo de produto, etc.) originam no valor dos passivos do Banco.
- Resultado de Exploração: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de honorários, comissões e taxas de serviços em consequência do risco empresarial resultante da não realização dos objectivos de vendas, redução de preços devido a pressões concorrenciais e a redução do volume das transacções. O risco associado às receitas provenientes de actividades comerciais e de investimento é gerido como parte integrante do risco de mercado, comercial e de investimento.
- Despesas Operacionais: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de despesas operacionais que podem surgir devido à ocorrência de custos não previstos, controlo inadequado de custos e subutilização da capacidade instalada.

Risco de Crédito

Refere-se ao risco de prejuízo financeiro (capital e/ou rendimento) resultante do não cumprimento por parte de um devedor, por qualquer que seja o motivo, das suas obrigações contratuais ou financeiras.

O Banco foca na concessão de facilidades de crédito com base em princípios de crédito com retorno apropriado, equilibrando o risco e os rendimentos. A Política geral é encontrar motivação primária no que diz respeito:

- Ao mérito do negócio
- À situação financeira do devedor
- À transacção em si (a decisão nunca deve ser tomada apenas com base nas garantias)

Deve-se manter um equilíbrio entre o risco e um serviço ao cliente de qualidade. Um serviço de qualidade não deve significar atribuição de créditos a entidades que não o mereçam.

O Banco não concederá crédito de qualquer que seja a natureza a um cliente que não tenha a capacidade de reembolsar os valores concedidos.

O objectivo do Banco é a concessão de crédito a empresas e/ou particulares com base na sua própria capacidade financeira e não exclusivamente na confiança da empresa mãe, outros fiadores ou somente na base das garantias prestadas.

As facilidades devem ser concedidas a particulares ou empresas aos quais pertencem os activos contra os quais o Banco concede o empréstimo.

A avaliação do perfil financeiro de particulares e empresas varia de sector a sector ou de indivíduo a indivíduo, devendo serem feitos esforços para o uso de estudos comparativos como orientação, onde seja possível.

É essencial desenvolver uma confiança mútua através do contacto pessoal com os clientes a quem estamos a conceder os empréstimos. No caso concreto de empresas, devemos visitar as instalações onde se localizam as empresas, pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente no momento em que se fizer a avaliação das facilidades.

No geral, o Banco deverá obter garantias ilimitadas e cessão ou capitalização das contas de crédito (excepto as de parcerias) dos directores/parceiros/procuradores como garantia das facilidades concedidas a empresas, corporações, parcerias, procuradores e esposas, no caso de particulares.

São responsáveis para concessão de crédito os seguintes órgãos do banco dentro das competências a si delegadas: Direcção de Crédito; Comité de Crédito a Trabalhadores; Comité de Crédito de Gestão e o Comité de Crédito do Conselho.



TAMPA DE PANELA

Tampa com provérbios pondo em cena figuras humanas e animais.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 84)

Número de Inventário: AE.265
Categoria: Equipamentos e utensílios
Grupo Cultural: Woyo de Cabinda - Angola
Informação Técnica: Madeira

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI

O Contexto Macroeconómico

Em 2011 o mundo inteiro viveu com a desaceleração do crescimento do PIB, afectando inclusive os países que nos últimos anos alavancam a economia mundial, os chamados BRICS.

A instabilidade na Europa por conta da dívida soberana, a oscilação do preço do petróleo com consequências no volume de liquidez disponível no mercado mundial, o terramoto, o tsunami e o acidente nuclear no Japão, bem como as mudanças bruscas ocorridas na África mediterrânica, onde estão alguns países com papel preponderante na produção do crude, fazem parte dos factores responsáveis pela instabilidade das economias do Globo terrestre.

No entanto, a melhoria insignificante nos Estados Unidos, a resposta dada na zona do euro para estancar a crise económica na região, assim como a rápida resposta do Japão para ultrapassar suas desgraças, ajudaram a reduzir a ameaça de uma desaceleração mais aguda, com tendência depressiva. Nestas condições, a recuperação é liderada pelas economias emergentes, com a China no comando e os EUA a tentar recuperar seu papel tradicional de líder mundial.

A Conjuntura Internacional

Ao enveredar por políticas de contenção de despesas públicas, excessivamente restritivas na Europa e na América do Norte, reduziram a possibilidade destas economias saírem rapidamente de suas crises, sufocando ainda mais a incipiente recuperação nas economias centrais.

A orientação da crescente actividade económica da China à exportação, dificultou a reanimação das economias norte-americana e europeia, por colidirem entre si; se juntarmos a esta realidade a aplicação de barreiras à entrada de importações asiáticas, teremos uma salada de factores a frenarem a expansão da economia mundial, levando-a à deflação.

As Economias Desenvolvidas

O crescimento das economias avançadas situou-se aproximadamente nos 1,6% em 2011; previsões indicavam que o PIB dos Estados Unidos da América, que lentamente se recupera da violenta crise financeira que estalou na sua económica e contagiou o mundo, cresceria entre 2 e 2,5%, enquanto a maioria dos países da zona da União Europeia, em plena forte crise, teriam crescimento negativo, excluindo a Alemanha.

Os Estados Unidos da América

Os Estados Unidos, que se recuperava de sua crise financeira e económica, começou a assistir em 2011 o surgimento de sinais de fragilidade, pese terem criado consideráveis novos empregos, com o maior realce para o último trimestre, com a taxa de desemprego a cair para 9%, a menor desde que deflagrou a crise em 2008.

Depois de apresentar um movimento descendente nos dois últimos trimestres de 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu cada trimestre em 2011, segundo o Departamento do Comércio, totalizando nove trimestres consecutivos de recuperação daquela economia, desde a recessão iniciada em 2008. Esta evolução em 2011 resulta essencialmente das contribuições do aumento do consumo pessoal, das exportações e dos investimentos fixos não residenciais. Assim, em 2011 o crescimento desta economia, foi em média de 1,7%, contra os 3% de 2010.

Quatro anos depois, a economia norte-americana parece estar já a voltar ao papel que desempenhou quase sem interrupção durante a década anterior: a de motor da economia mundial. O consumidor americano voltou às lojas para gastar, tendência que a se manter, o resto do planeta beneficiará, especialmente a Europa, a braços com sua crise.

A União Europeia

A Europa terminou 2011 a braços com o regresso a uma recessão; o cenário é bastante mais sombrio. Depois de, na primeira metade de 2011, algumas economias, com destaque para a alemã, terem mostrado fortes sinais de retoma, no final do ano, a expectativa é de regresso à recessão. Para além dos países periféricos, afundados em medidas de austeridades, estarem este ano a assistir a uma queda a pique das suas economias, no centro sente-se um abrandamento das exportações e sofre-se o impacto de uma quebra no nível de confiança de consumidores e empresários.

Contribuíram para esta situação económica desastrosa, o nível de crescimento mais baixo, o grave problema da dívida soberana com 9 países da União Europeia com probabilidades de default a longo prazo, a dependência extrema do sistema bancário dos financiamentos do Banco Central Europeu.

A UE teve os níveis mais baixos de crescimento mundial com sua economia a abrandar seu crescimento para 1,5%, com Portugal (-1,4%) e Grécia (-2,6%) a viverem uma recessão e Itália, Irlanda e Espanha no limiar, por suas economias enfrentarem dias difíceis. O superavit da balança comercial externa dos 17 países da zona do euro ficou, em Dezembro de 2011, em 9,7 bilhões de euros ante ao défice de 1,7 bilhões de euros em Dezembro de 2010, enquanto o PIB total da área do euro e da UE caiu 0,3% no quarto trimestre de 2011.

A taxa de desemprego na UE é a mais alta desde Outubro de 1997 no espaço da moeda única, e a mais alta desde Janeiro de 2000 nos 27 Estados-membros da União Europeia; segundo o gabinete de estatísticas da União Europeia (UE), Eurostat, tanto na zona euro como na UE, a taxa de desemprego em Dezembro de 2011 foi de 10,6% no espaço da moeda única e de 10% no conjunto dos 27 países, quando em Janeiro os valores eram 10% e 9,5% respectivamente. A Espanha fechou 2011 com uma taxa de desemprego de 22,85%, a mais alta entre os países industrializados, com 5.270.000 desempregados.

Taxas de variação do PIB das maiores economias do Mundo (%)

Crescimento PIB real	2006	2007	2008	2009	2010	2011
EUA	2,7	1,9	-0,3	-3,5	3,0	1,7
JAPÃO	1,7	2,2	-1,0	-5,5	4,4	-0,7
UNIÃO EUROPEIA	3,6	3,4	0,5	-4,2	2,0	1,6

Fonte: IMF WEO

O Japão

O Japão, a terceira maior economia do mundo, manteve a mesma taxa de juros desde Dezembro de 2008, cujos valores estão entre 0% e 0,1%. O terramoto seguido de tsunami abanhou a economia japonesa, que já retomava o crescimento. A reconstrução de instalações afectadas impulsionou o crescimento do investimento em equipamentos industriais de forma moderada. O consumo privado, que representa 60% do PIB nacional, cresceu, graças aos programas estatais que apoiam a compra de veículos menos poluentes. Nem as grandes empresas multinacionais, nem o forte sistema bancário que o Japão possui, nem a campanha

de redução de energia eléctrica e nem a injeção de ienes na economia pelo governo, evitaram que o seu PIB se tornasse negativo. O elevado poder de consumo da população japonesa devido aos altos salários que recebem, de nada serviu para a recuperação da economia.

As Economias Emergentes

Os países considerados emergentes, que hoje são os timoneiros do crescimento da economia mundial, também assistiram o abrandar de suas economias. As suas economias estão expostas à contaminação financeira e económica da crise persistente na zona euro, devido a suas relações via canais de exportação e movimentos de capitais internacionais.

PIB Mundial

PIB em bio USD, preços correntes	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Economias avançadas	36.485	39.880	42.063	39.629	41.438	44.423
Economias emergentes	12.858	15.797	19.104	18.132	21.637	25.237
Economia mundial	49.342	55.678	61.167	57.761	63.075	69.660
Peso economia avançada	74%	72%	69%	69%	66%	64%
Peso economia emergente	26%	28%	31%	31%	34%	36%

Fonte: IMF WEO, Abril 2012

Mas a evolução das economias dos países emergentes revela que esta parte da economia mundial fica cada vez maior.

Com uma parcela de PIB (Produto Interno Bruto) de 13,5 biliões de dólares, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que correspondem a um quarto da economia global, expandiram 6,2%.

Entre os países do BRICS, a Rússia está mais suscetível a influências externas negativas; a economia mais estável é a China, seguida pela Índia e Brasil.

Em 2011 observou-se uma apreciação do Real e do Rand sul-africano e da moeda chinesa face ao Dólar tal como já havia acontecido no ano anterior.

A **China**, que continua a ser o motor indiscutível do crescimento dos BRICS, teve dificuldades de manter seu ritmo de crescimento forte, iniciando mesmo um período de abrandamento, onde o seu PIB desacelerou de 10,4% para 9,2%. Seu consumo interno anual situou-se entre 13% e 15%, registou uma redução no ritmo de crescimento das exportações, tendo dobrado economicamente a Alemanha e ultrapassado o Japão. Há uma década, a China era a sétima economia mundial, mas o grande desenvolvimento do país asiático permitiu que desde 2001 tenha crescido 261%, quando o Japão avançou apenas 5%, segundo dados do Banco Mundial (BM).

O **Brasil**, a segunda maior economia do continente americano, depois dos Estados Unidos, foi considerada pelo FMI a sexta maior economia do mundo em 2011, depois de superar a Itália (a 7ª maior economia mundial) e a Grã-Bretanha (6ª economia do mundo).

Cerca de 60% de suas exportações foram de produtos manufacturados e semi-manufacturados. A protecção desta economia está na diversidade de suas exportações, onde as commodities, são só 35% do total. A Europa absorveu 20% das exportações brasileiras que em 2011 constituíram 11% do PIB, que cresceu 2,7%. Para alguns especialistas, a desaceleração da economia brasileira em 2011 foi reflexo do forte crescimento registado em 2010 em resposta a estímulos do governo; essa rápida retoma acabou por pressionar a inflação, o que exigiu que o governo revertesse sua política e adoptasse medidas para desestimular o crescimento, como elevação dos juros e restrições ao crédito.

A **Índia** viu seu ritmo de crescimento a abrandar de 10,6% para 7,2%. A economia da Índia, por ter a sua base no mercado interno, está "immune" a choques externos cujo impacto material será insignificante, uma vez que ela esta direccionada para a China, os Emirados Árabes Unidos e outros países não contamináveis pela actual crise económica.

A **Rússia**, considerada a economia mais vulnerável às crises internacionais, dentro dos países do BRICS, está exposta aos efeitos negativos da actual crise europeia. Das economias fundadoras deste bloco, é a que tem tido desempenhos menos bons, por ser a mais atingida pelos efeitos da crise do subprime.

A tendências das economias emergentes no último quinquénio (%)

Crescimento PIB real	2006	2007	2008	2009	2010	2011
BRASIL	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
CHINA	12,7	14,2	9,6	9,2	10,4	9,2
ÍNDIA	9,5	10,0	6,2	6,6	10,6	7,2
RÚSSIA	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,3	4,3
ÁFRICA DO SUL	5,6	5,5	3,6	-1,5	2,9	3,1

Fonte: IMF WEO, Abril 2012

A **África do Sul**, o país africano economicamente mais desenvolvido, entrou em Março deste ano para o BRICS como membro de pleno direito; a sua posição facilitará ao bloco a influência no crescimento económico e no investimento de África onde, dentro da estratégia do BRICS, jogará um papel determinante para a expansão e consolidação da sua política comercial no continente Africano. A China é o seu maior parceiro comercial. Sendo o 31º maior PIB do mundo, sua economia está muito aquém das dos seus novos parceiros; seu ritmo de crescimento foi fortemente abalado pela crise norte americana, como mostram os índices de crescimento baixos desde então.

O Resto do Mundo

Na América Latina,

As economias latino americanas, cujas exportações líquidas foram negativas durante a crise por exportarem menos do que importam, não se resentiram tanto, por serem uma região rica em commodities - matérias primas e bens básicos para o comércio, que têm procura permanente; suas exportações cresceram para a Europa, para os Estados Unidos e especialmente para a Ásia, nomeadamente para a China, Índia, Coreia, Japão, etc.

No entanto as necessidades de grandes quantidades de produtos manufacturados asiáticos e de capitais de crédito, levaram a que a saída de divisas para o exterior fosse superior à entrada destas, desequilibrando suas balanças de pagamento que, a não se reequilibrarem, podem abrir caminho a recessão. A ausência de indústrias próprias para consumir suas próprias matérias primas, continua patente nesta zona, mantendo-a numa forte e exagerada dependência do comércio internacional. O principal parceiro comercial do México foi os Estados Unidos, mas o Chile e Brasil preferiram o mercado Asiático, a Bolívia a Espanha para onde exportou mais de 64% de zinco e seus concentrados.

Na Ásia,

Com estímulos massivos à economia, a China, que reestabeleceu o seu crescimento nos dois dígitos em 2010, contagiou sua evolução a economias vizinhas então em recessão, levando-as a recuperação, desde Singapura à Coreia do Sul, com a produção industrial asiática a retomar sua tendência histórica, parecendo nunca ter sido alvo da crise de 2008. Embora com um abrandamento, prosseguiu o crescimento substancial nos "tigres asiáticos", nomeadamente Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura, com uma ligeira quebra na evolução do Produto Interno Bruto (PIB).

A África,

O nosso continente foi abalado por crises nos países do magrebe, onde movimentos populares reverteram a ordem social de forma violenta, destruindo-se infraestruturas económicas e financeiras (inclusivé instalações petrolíferas), que levarão anos para o restabelecimento dos níveis de crescimento anterior a ocorrências de tais fenómenos político-sociais. Noutras zonas assistimos a guerras fratricidas, tribais ou religiosas, como na Nigéria, Sudão, Uganda, Congo Democrático, etc., afectando o ritmo de desenvolvimento de suas economias, aumentando a pobreza e a miséria no continente. No entanto nalgumas nações que vivem com determinada estabilidade assiste-se a prosperidade de suas economias; na SADC houve desempenho equilibrado, reagindo bem a crise que levou o seu PIB a cair de 3,9% em 2008 para 2,7% em 2009, voltando a reanimar em 2010 para 5,3% e crescendo 4,9% em 2011.

Tendência da Economia Mundial e Países em Desenvolvimento

Crescimento PIB em %	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Economias Avançadas	3,0	2,8	0,0	-3,6	3,2	1,6
Economias Emergentes	8,2	8,7	6,0	2,8	7,5	6,2
Economia Mundial	5,2	5,4	2,8	-0,6	5,3	3,9

Fonte: IMF WEO, Abril 2012

A Conjuntura Nacional

Angola continuou a restabelecer suas infraestruturas, importantes para o desenvolvimento sócio-económico, bem como para atracção dos grandes capitais internacionais; assim, continuou a reconstrução e construção de habitações, escolas, hospitais, centros de saúde, estabelecimentos comerciais, fábricas, parques industriais, complexos agro-pecuários, estradas e outros meios de comunicação, pontes, caminhos-de-ferro, aeroportos e portos modernizados, sistemas de captação e distribuição de água e de energia, etc.

O desenvolvimento tem um papel preponderante na redução de importações, no aumento da oferta interna de bens e serviços e das exportações, no aumento do PIB, na redução da saída de divisas e no aumento de sua entrada, no combate ao desemprego, à fome e à miséria e no melhoramento do índice de desenvolvimento humano.

Apesar dos progressos substanciais registados na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios no que se refere à redução da pobreza, ao desemprego e ao aumento do desenvolvimento humano. O Governo continua a destinar mais de 30% do seu orçamento para gastos sociais.

Angola continuou a implementar o programa Stand-By Arrangement (SBA) do FMI, caracterizado por uma apertada disciplina orçamental e monetária e reformas para melhorar o sistema da taxa de câmbio, a gestão financeira pública, a manutenção de um sistema bancário sólido e a transparência orçamental.

A Área Económica

O Crescimento real do PIB de Angola registou um ligeiro aumento para um valor de 3,1% em 2011, impulsionado principalmente pelos preços do petróleo e por um forte crescimento real do sector não-petrolífero.

PIB Angolano

Variação PIB Angolano em %	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	18,8	23,2	13,8	2,4	3,5	3,1
PIB sector petrolífero	13,1	20,4	12,3	-5,1	-2,9	-5,5
PIB sector não petrolífero	25,9	25,4	15,0	8,3	7,8	8,5

Fonte: BNA

Uma estratégia global para o desenvolvimento do sector privado foi elaborada pelo governo com a disponibilização de apoio legislativo e financeiro, através da criação de um fundo para agilizar e alavancar o crescimento, fortalecimento e consolidação das micro, pequenas e médias empresas angolanas, garantia para a diversificação da economia e maior arrecadação de receitas via impostos, onde determinados bancos são parceiros; milhões de dólares foram colocados à disposição da classe empresarial, para empréstimos e subsídios.

Em 2011, Angola criou uma unidade para gestão da dívida e seguir e controlar os fluxos do sector do petróleo para o orçamento. A redução das despesas de capital e o óptimo controlo das despesas em 2011, resultou num reembolso de atrasados internos valorizado em 7.5 mil milhões de USD.

Preço Petróleo Brent - USD por barril



A dependência do petróleo ainda perdurará por algum tempo, até a diversificação dar seus resultados.

A Inflação no Período

As pressões inflacionárias mantiveram-se elevadas em 2011, principalmente por causa do forte crescimento da procura interna.

Inflação no Período e sua Variação em %

Inflação Angolana	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Inflação acumulada anual	12,21	11,78	13,18	14,00	15,31	11,38
Inflação média anual	13,4	12,3	12,5	13,73	14,44	13,54
Variação da inflação homóloga	-6,33	-0,43	1,4	0,82	1,31	-3,93
Variação da inflação média anual	-9,84	-1,1	0,2	1,23	0,71	-0,9

Fonte: BNA

A inflação está a responder às políticas para sua diminuição para o patamar de um dígito, sendo inferior à registada nos últimos anos. A forte dependência da importação dos nossos bens de consumo e de produção, são parte significativa dos níveis de preços altos que se praticam no nosso país, determinantes para os valores da inflação registada. A taxa de inflação acumulada para 2011 foi de 11,38%, situou-se abaixo da meta estabelecida pelo Executivo, de 12%, verificando-se uma redução considerável quando comparada ao ano transacto.

A Área Monetária

O Banco Central (BNA) continuou a reforçar o seu papel de banco reitor; além da supervisão habitual baseada no risco de liquidez, crédito, mercados, taxas de juro e taxas de câmbio, o BNA lançou vários projectos e criou uma série de modernizações do sistema bancária.

Foi lançado um projecto chamado "campanha de educação financeira" como inovação, ao criar a conta depósito e poupança-bankita, para tentar captar fundos que circulam no mercado informal e fora do circuito bancário, procurando generalizar na população o hábito de uso da banca, aumentando desta forma a liquidez disponível no sector monetário.

Foi criado a Taxa Básica do BNA, que é a taxa de juro que sinaliza o curso da política monetária na economia, e também as Taxas LUIBOR (Luanda Interbank Offered Rate), que são as taxas de referência para o mercado financeiro angolano.

Para melhorar a luta contra branqueamento de capital e proteger o consumidor o BNA também introduziu regulamentos. Foi preparado um sistema integrado para pagamentos de importação e exportação para melhorar o controlo do fluxo de movimentos de capitais.

A Política Monetária

A estabilidade relativa nos preços do petróleo com ascensão média positiva durante quase todo ano de 2011, permitiram restabelecer o nível das reservas internacionais nos patamares anteriores à crise, assistindo-se ao fortalecimento das reservas cambiais, determinantes na

aplicação de política monetária, sempre que houver necessidade de influenciar a estabilidade do kwanza, na marcha triunfante para a inversão da anterior dependência da economia angolana ao dólar.

A taxa de redesconto que o BNA havia baixado para 25% no último trimestre de 2010, voltou a ser alterada para 20%, com vista a facilitar a obtenção de liquidez necessária com certa urgência na banca; esta medida veio aumentar o acesso a mais dinheiro que ficou mais barato, com conseqüente crescimento do volume de massa monetária disponível no sector bancário, importante para a concepção de créditos ao consumo e a economia, melhorando desta forma a possibilidade de obtenção de receitas dos bancos via mecanismo tradicional.

A Política Fiscal

A contribuição na captação de recursos monetários via impostos é ainda pouco significativa, dada a dimensão do nosso parque empresarial, que poderá dar um salto em termos de crescimento, devido às políticas de estímulos desenhadas no programa do governo de apoio às pequenas e médias empresas, alargando desta forma a base tributária extra petróleo. Medidas para aumentar o controlo e combater a fuga ao fisco ou a evasão fiscal, estão praticamente terminadas ensaiando-se sua aplicação no novo programa PERT.

A Política Cambial

Durante 2011 o BNA continuou a vender USD para a banca a um preço muito estável, assegurando desta maneira reduzir a inflação importada.

A evolução da taxa de Câmbio no quinquénio

Taxa de câmbio fixing médio do ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
USD/AKZ	80,192	75,017	75,132	88,746	92,353	93,807

Fonte: BNA

A taxa USD/AKZ acabou o ano em 95,282 (taxa fixing), uma subida de 2,7% em relação ao último 2010 com 92,760.

A política de desdolarizar a economia angolana continuou. Assim a banca está limitada de conceder crédito em USD e as empresas angolanas são obrigadas a fazer pagamento entre elas em moeda nacional.

Durante o ano o BNA vendeu divisas avaliadas em USD 14,9 bilhões, mais 28% do que em 2010.

A Actividade Bancária

O Crédito à Economia cresceu 17% em relação a 2010, aumentando cerca de 43% o empréstimo de kwanzas e diminuindo-se 5% o de dólares, mudança que pode ser resultado da estabilidade da moeda angolana, do combate à inflação, da libertação de mais dinheiro dos bancos por redução do coeficiente de reservas obrigatórias, para além da restrição na oferta de crédito em USD imposição regulada pelo BNA.

O Sector Privado, foi o mais privilegiado com cerca de 68% do crédito total.

Crédito Concedido pela Banca Comercial em milhões de kwanza

Crédito concedido	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crédito ao Governo	53.248	183.397	803.075	911.539	889.436	862.211
Crédito ao sector público	14.530	23.589	51.168	61.449	93.325	91.734
Crédito ao sector privado	267.461	478.013	770.518	1.238.312	1.581.079	2.061.738
Total	335.239	684.999	1.624.761	2.211.300	2.573.840	3.015.683
Crédito em %						
Moeda nacional	40	40	54	50	46	56
Moeda estrangeira	60	60	46	50	54	44

Fonte: BNA

Se compararmos a massa monetária criada e em circulação com 2010, o M3 expandiu 34% em 2011, o M2 cresceu 34% e o M1 aumentou 26%, ou seja houve maior crescimento da moeda com menor liquidez, a moeda escritural, que fez crescer muitas economias, reduzindo também o risco de inflação.

Ainda tendo 2010 como ano base (comparação), os depósitos totais cresceram 35% em 2011, os depósitos em moeda nacional cresceram 38%, e os depósitos em moeda estrangeira aumentaram 32%.

A Actividade Externa

A dívida pública total representava cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) projectado para 2011, não ultrapassando, portanto, quer no conceito de PIB, quer no de Produto Nacional Bruto (PNB), o índice internacional de referência, que é de 50%.

As exportações aumentaram para USD 67 biliões, dos anteriores 51 biliões, um aumento de 32%. O petróleo ainda tem um forte peso com 98% das exportações. As importações aumentaram 21% passando para 20 biliões de USD.

Comportamento das Exportações e Importações em milhões de US Dólares

Balança de pagamentos	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações totais	31.862	44.396	63.914	40.828	50.595	66.996
Importações totais	8.778	13.662	20.982	22.660	16.667	20.190

Fonte: BNA

O crescimento das exportações ajudou aumentar as reservas internacionais líquidas, que acabou com USD 26 biliões, suficiente para suportar quase 8 meses de importações.



CACHIMBO

Cachimbo com o tubo encimado pela figuração dum cavalo montado por um homem e mulher e terminado por uma cabeça feminina em alto-relevo. O penteado das mulheres é de tranças duplas.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 170)

Número de Inventário: AK.589
Categoria: Escultura
Grupo Cultural: Ovimbundu - Angola
Informação Técnica: Madeira

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI

**1 - Directos:
Agências (23)**

LUANDA

Valódia - Sede

Av. Comandante Valódia, 83-A
Tel: (+244) 2 - 448106
Fax: (+244) 2 - 447832
E-mail: bca@bca.co.ao
SWIFT: COMLAOLU

Deolinda Rodrigues

Rua Deolinda Rodrigues, 477
Estrada de Catete - Luanda
Tel/Fax: (+244) 2 - 260063/2376

N'gola Kiluanji

Rua N'gola Kiluanji, 183
São Paulo - Luanda
Tel: (+244) 2 - 384508/40
Fax: (+244) 2 - 384570

Rainha Ginga

Rua Rainha Ginga, 8 - B
Coqueiros - Luanda
Tel: (+244) 2 - 334160/3289/3678
Fax: (+244) 2 - 330189

Major Kanhangulo

Rua Major Kanhangulo, 288
Ingombota - Luanda
Tel: (+244) 2 - 330932/1097
Fax: (+244) 2 - 330802

Morro Bento

Rua Pedro Castro Van-Dúnem
Estrada Nacional - Talatona
Bairro Morro Bento

Torres da Imporáfrica

Rua Kwame N'Kruma, Edifício
Torres Imporáfrica R/C
Bairro Maculusso
Tel/Fax: (+244) 222 - 208222/01

**Aeroporto Internacional
4 de Fevereiro**

Área das Chegadas
Internacionais
Bairro do Cassenda
Tel: (+244) 222 - 204200/02

Porto de Luanda

Guiché Único das Alfândegas
Rua Padre José Maria Antunes
Tel: (+244) 222 - 206000

Funda Coca-Cola

Funda Fábrica Coca-Cola

Porto Seco de Viana

Filda

Hospital do Prenda

Hipermercado Jumbo

CABINDA

Cabinda

Largo Lopes Pim-Pim
Tel: (+244) 231 220125
Fax: (+244) 231 222127

Aeroporto Cabinda

Av. Duque de Chiasi
Aeroporto de Cabinda
Tel: [244] 231 223148
Fax: (+244) 231 223149

Porto de Cabinda

BENGUELA

Benguela

Rua Comandante Kassanje, 1 R/C
Tel: (+244) 272 23704 /42/43/44/71
Fax: (+244) 272 236640

LOBITO

Lobito

Av. 25 de Abril, Bairro 28
Edifício da ENE
Tel: (+244) 272 226606/7/8/9/10
Fax: (+244) 272 611

Porto do Lobito

CUNENE

Santa Clara

Rua Principal de Sta. Clara
Próximo da Alfândega Sta. Clara

HUAMBO

Aeroporto do Huambo

Aeroporto Albano Machado

UIGE

Comércio Uige

Convergência à Rua do Comércio,
23-A com a Rua da Ambuila, 20

2 - Indirectos:

Postos de atendimento

Multicaixas - ATM (30)
Terminais de Pagamentos
Automáticos - POS (73)



MÁSCARA

Máscara "evocadora dos antepassados", ligada à iniciação dos adolescentes. Face achatada com ornatos nos olhos e na boca, de forma circular, composta de tela de saco esticada sobre uma armação de cestaria, pintada de azul, vermelho e branco, e circundada por um leque de penas.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 115)

Número de Inventário: AM.027
Categoria: Máscaras
Grupo Cultural: Matapa - Angola
Informação Técnica: Fibras vegetais, serapilheira e penas

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

BALANÇO

	Notas	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
ACTIVO					
Disponibilidades	3	11.349.028	119.110	7.127.119	76.932
Operações no mercado inter financeiro	4	7.898.626	82.898	2.425.860	26.185
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.615.620	111.413	7.117.527	76.827
Créditos sobre clientes	6	3.850.141	40.408	4.512.456	48.708
Participações	7	74.262	779	59.726	645
Imobilizações incorpóreas	8	828.209	8.692	527.201	5.691
Imobilizações corpóreas	8	1.284.191	13.478	921.648	9.948
Créditos no sistema de pagamentos	9	122.814	1.289	135.352	1.461
Outros Valores	10	489.933	5.142	673.984	7.275
		36.512.824	383.209	23.500.873	253.672
PASSIVO					
Outras captações					
a) à vista	11	1.164.035	12.217	59.355	641
Depósitos					
a) à vista	12	23.732.587	249.079	14.167.250	152.923
b) a prazo ou com pré aviso	12	5.838.692	61.278	5.082.449	54.861
Obrigações no sistema de pagamentos	13	238.693	2.505	169.118	1.825
Operações cambiais	14	834.384	8.758	131.235	1.417
Outras obrigações	15	504.922	5.299	503.102	5.431
Provisões p/ responsabilidades potenciais		50.618	531	47.248	510
		32.363.931	339.667	20.159.757	217.608
FUNDOS PRÓPRIOS					
Capital	16	1.308.702	15.000	1.308.702	15.000
Reserva Actualiz. Monet. Capital Social	17	82.579	-	82.579	-
Resultados potenciais	17	31.669	225	58.359	630
Acções próprias	17	-	-	(20.381)	(220)
Reservas e fundos	17	1.822.659	24.063	1.222.538	17.765
Reserva de reexpressão		-	(5.389)	-	(4.636)
Resultado do exercício		903.284	9.643	689.319	7.525
		4.148.893	43.542	3.341.116	36.064
		36.512.824	383.209	23.500.873	253.672

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Juros e proveitos equiparados	18	1.634.854	17.412	1.348.982	14.678
Juros e custos equiparados	19	(309.037)	(3.291)	(312.485)	(3.400)
Margem Financeira		1.325.817	14.121	1.036.497	11.278
Comissões recebidas	20	692.034	7.370	612.360	6.663
Resultados em Op. Financeiras	21	1.003.525	10.688	893.203	9.719
Outros proveitos	22	4.248	45	23.108	251
Comissões pagas		(12.868)	(137)	(11.224)	(122)
		1.686.939	17.966	1.517.447	16.511
Provisões para créditos	26	(118.928)	(1.267)	(149.322)	(1.612)
Margem Bruta Total		2.893.828	30.820	2.404.622	26.177
Custos com Pessoal	23	(854.162)	(9.097)	(773.469)	(8.416)
Fornecimentos de terceiros	24	(558.136)	(5.944)	(483.059)	(5.256)
Outros adm. e de comercialização	25	(239.219)	(2.548)	(202.100)	(2.199)
Impostos e taxas		(2.542)	(27)	(2.630)	(29)
Amortizações do exercício	8	(135.915)	(1.448)	(103.746)	(1.129)
Provisão Compensação		(7.502)	(80)	(16.405)	(178)
Outro proveitos e custos		(21.980)	(234)	9.382	102
		(1.819.456)	(19.378)	(1.572.027)	(17.105)
Resultados Operacionais		1.074.372	11.442	832.595	9.072
Resultado não operacional	27	(23.235)	(247)	134	1
Resultados antes de Impostos		1.051.137	11.195	832.729	9.073
Provisão para Imposto Industrial	28	(147.853)	(1.552)	(143.410)	(1.548)
Resultado Líquido do Exercício		903.284	9.643	689.319	7.525

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

FLUXO DE CAIXA

	2011 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	1.051.137	832.729
Mais:		
Amortizações	135.915	103.746
Provisões de crédito	118.928	149.322
Menos:		
Dividendo pago	(89.198)	(42.880)
Impostos pagos	(150.794)	(139.077)
Fluxos de actividades operacionais	1.065.988	903.840
Flutuação de crédito	543.387	(43.235)
Flutuação de outros valores	184.051	(158.360)
Créditos no sistema	64.918	(22.791)
Captação	1.104.680	52.333
Outras obrigações	1.820	85.158
Sistema de pagamentos	720.344	(543.148)
	3.685.188	273.797
Actividades de investimento		
Compra de meios fixos	(799.464)	(467.992)
Compra de títulos	(3.498.093)	(870.938)
Mercado inter-financeiro	(5.472.766)	345.730
Participações	(14.536)	(9.989)
	(9.784.859)	(1.003.189)
Actividades de financiamento		
Depósitos à ordem	9.565.337	(267.862)
Depósitos a prazo	756.243	2.323.837
Captação	-	(746.971)
	10.321.580	1.309.004
Aumento em disponibilidades	4.221.909	579.612
Disponibilidades no início	7.127.119	6.547.507
Disponibilidades no fim	11.349.028	7.127.119

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Comercial Angolano, S.A. ("BCA" ou "Banco"), com sede em Luanda, é uma sociedade de capitais privados de residentes nacionais.

O Banco foi constituído em 17 de Março de 1997 e a actividade comercial só foi iniciada no dia 23 de Março de 1999 e desenvolve a sua actividade na área de banca universal, isto é, com igual enfoque na banca de retalho e empresas. A actividade do BCA assenta na realização de operações financeiras e na prestação de serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, transacções em moeda estrangeira, concessão de crédito, captação de depósitos, serviços de transferência de moeda estrangeira, venda de seguros entre outros.

No final de 2011, o Banco dispunha de uma rede comercial nacional de 23 balcões/agências, dos quais, 6 foram abertos no ano de 2011.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. COMPARABILIDADE DE INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras anuais aqui apresentadas foram publicadas de forma a poderem ser comparadas com as do exercício anterior. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

2.2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Kwanzas (AKZ) no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, e de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, conforme definido no Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (AKZ), conforme Aviso n.º 15/07, art. 5º do BNA. No entanto, o Conselho de Administração assume o USD como a moeda de referência do Banco, sendo a moeda mais representativa das suas operações internacionais. Como consequência, a informação financeira é apresentada em ambas as moedas. As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.2010	91,91	92,64
31.12.2011	93,89	95,28

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Histórica – para as rubricas dos Fundos Próprios;
- Vigente no final do ano – para a totalidade dos activos e passivos com a excepção das rubricas acima referidas;
- Média – para a demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para USD foram incluídas na rubrica de Fundos Próprios, denominada por Reserva de Reexpressão.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

b) Actualização monetária

As demonstrações financeiras consideram os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em caso de variação superior a 100% nos últimos três anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizado e dos Fundos Próprios.

c) Provisão para riscos de crédito

A política de constituição de provisões para riscos de crédito foi alterada, com efeitos a partir de 31 de Março de 2008, com entrada em vigor do Aviso n.º 9/07, de 12 de Setembro (posteriormente revogado pelo Aviso 04/09, de 18 de Junho).

As normas mencionadas no referido Aviso 04/09, de 18 de Junho estabelecem provisões específicas e definem os seguintes critérios para a constituição de provisões de créditos:

Classificação das operações e Provisão

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente e em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

Risco	Nível de Risco	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	0%
Muito Reduzido	B	1%
Reduzido	C	3%
Moderado	D	10%
Elevado	E	20%
Muito elevado	F	50%
Perda	G	100%

A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista:

1. Anualmente, através de uma reafirmação/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que a Comissão Executiva entende que existem alterações significativas na conjuntura económica que afectam o risco das operações dos mesmos.

2. Mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros.

Dias de atraso	Nível mínimo de risco
15 a 30	B
30 a 60	C
60 a 90	D
90 a 150	E
150 a 180	F
Superior a 180	G

O Banco, contudo, aplicará essencialmente o dobro dos prazos previstos para esta revisão mensal uma vez que os seus créditos têm, na sua maioria, prazos superiores a 24 meses (conforme estabelecido no artigo 6º do Aviso 04/09).

d) Transacções em moeda estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola. A taxa de câmbio utilizada no final do exercício para a conversão em Kwanzas da principal moeda estrangeira, o Dólar Americano, foi aquela que está mencionada na nota n.º 2.2.

e) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e atendendo às suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

1. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.
2. Títulos mantidos até ao vencimento – são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.
3. Títulos disponíveis para venda – são aqueles adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados e por consequência não se enquadram nas demais categorias.

Os rendimentos produzidos pelos TVM, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses são reconhecidos em contrapartida da conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os TVM classificados nas categorias de “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda” são ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

1. Da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos para negociação”
2. Da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Para fins do ajuste do valor de mercado dos títulos, a metodologia do seu apuramento segue o critério do preço definido pelo BNA.

As perdas de carácter permanente em TVM são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes de Tesouro são emitidos a desconto e registados pelo valor pago na data da operação. No fim do período, após apuramento do justo valor aplicando a metodologia acima referida, são registados ao valor apurado.

Todas as Obrigações de tesouro em carteira encontram-se registadas nos livros ao valor pago e classificados como disponíveis para venda.

f) Imobilizações financeiras

As participações financeiras, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira.

g) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao seu custo de aquisição.

As imobilizações corpóreas são registadas ao seu custo de aquisição. Neste estão os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal aplicando-se as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10-25
Equipamento informático	3
Viaturas	3
Outras imobilizações	3-10

Por forma a dar-se cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 7º do Decreto n.º 6/96, de 26 de Janeiro, as amortizações sobre o acréscimo anual do valor dos bens resultantes da reavaliação, são efectuadas no exercício económico seguinte aquele em que ocorreu a reavaliação, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal, e o seu valor apurado tendo em conta o prazo residual para o final da vida útil do bem.

h) Reserva para a manutenção dos fundos próprios

O Banco, seguindo o princípio de não determinar um resultado antes de assegurar a manutenção do poder de compra do total do capital expresso em Kwanzas, procede à protecção dos fundos Próprios denominados em Kwanzas de acordo com a variação da taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano, por contrapartida da rubrica de provisões do exercício, conforme as disposições da Directiva n.º 01/2003, de 7 de Março, e do Aviso n.º 05/07, de 12 de Setembro, do Banco Nacional de Angola.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 35% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2007 a 2011. Não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos, activos e passivos, são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os mesmos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

j) Redução no valor recuperável de activos (imparidade)

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- a) Declínio significativo no valor de um activo maior do que o esperado no seu uso normal;
- b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal com efeitos adversos sobre o Banco;
- c) Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de descontos e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- d) Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- f) Mudanças significativas na forma de utilização do activo como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- g) Indicação que o desempenho económico do activo será pior que o esperado.

k) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e Outras provisões e Impostos correntes e diferidos.

3. DISPONIBILIDADES

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Caixa				
-Notas e moedas nacionais	1.381.841	14.504	688.539	7.432
-Notas e moedas estrangeiras	707.675	7.427	387.765	4.186
	2.089.516	21.931	1.076.304	11.618
Depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA)				
-Em moeda nacional	2.984.527	31.323	3.486.178	37.630
-Em moeda estrangeira	1.943.753	20.400	1.851.153	19.982
	4.928.280	51.723	5.337.331	57.612
Cheques à cobrar – Moeda Nacional	99.766	1.047	143	2
Depósitos à ordem no estrangeiro	4.231.466	44.409	713.341	7.700
	4.331.232	45.456	713.484	7.702
	11.349.028	119.110	7.127.119	76.932

De acordo com os Instrutivos n.º 03/10, de 04 de Julho e n.º 02/11, de 28 de Abril, o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional é de 20%, 50% e 100% para os depósitos totais reflectidos em Moeda Nacional de clientes, do Governo Local e do Governo Central, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

A exigibilidade das reservas é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos finais diários. Estes depósitos não são remunerados.

O saldo de Depósitos no Banco Central, a 31 de Dezembro de 2011 tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, visam satisfazer as exigências de reservas obrigatórias.

4. OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Aplicações no País	4.362.569	45.785	51.750	559
Aplicações no Estrangeiro	3.534.572	37.097	2.372.625	25.610
Moedas de ouro	1.485	16	1.485	16
	7.898.626	82.898	2.425.860	26.185

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Aplicações no País" inclui um saldo correspondente à participação do BCA no sindicato bancário com o Banco de Fomento, S.A. ("BFA") e o Banco Angolano de Investimentos, S.A. ("BAI"), com a finalidade de assegurar à Prime Imóveis, Lda ("Prime Imóveis") o financiamento de um projecto imobiliário em curso na cidade de Luanda, bairro de Alvalade. O montante total inicial do financiamento foi de USD 60.000.000, sendo a participação do BCA correspondente a 1,67% do referido valor (USD 1.000.000), vencendo juros à taxa Libor a 6 meses acrescida de 3,5% ao ano, com um prazo inicial correspondente a 30 meses.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Bilhetes de Tesouro –MN	6.846.808	71.939	1.636.582	17.665
Títulos do Banco Central - MN	1.255.074	13.189	2.411.855	26.034
Obrigações do Tesouro – MN	560.697	5.885	1.114.259	12.027
Obrigações do Tesouro – ME	1.953.041	20.400	1.954.831	21.101
	10.615.620	111.413	7.117.527	76.827

Os títulos acima detalhados foram classificados como sendo "Disponíveis para venda".

Quanto às Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, 400.000 Dólares dizem respeito ao montante restante da participação do Banco no financiamento para a aquisição de aeronáveis para a TAAG, e 20.000.000 Dólares da participação do BCA na reconstrução nacional.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

A maturidade dos Bilhetes do Tesouro, dos Títulos do Banco Central e Obrigações do Tesouro eram as seguintes:

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central:				
Até 6 meses	3.568.556	37.495	1.642.969	17.734
De 6 meses a um ano	4.533.326	47.633	2.405.468	25.965
	8.101.882	85.128	4.048.437	43.699
Obrigações do Tesouro:				
Até 6 meses	38.295	400	-	-
Até um ano	1.914.746	20.000	55.586	600
Acima de um ano	560.697	5.885	3.013.504	32.528
	2.513.738	26.285	3.069.090	33.128
	10.615.620	111.413	7.117.527	76.827

As taxas de juros médias dos Títulos são apresentadas abaixo:

	2011 %	2010 %	Varição %
Bilhetes do Tesouro (em Kwanzas)	6,62	13,22	(6,60)
Títulos do Banco Central (em Kwanzas)	7,02	21,60	(14,58)
Obrigações do Tesouro em MN:			
Indexadas ao IPC	-	3,00	(3,00)
Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	7,00	7,00	-
Obrigações do Tesouro em ME (USD)	3,72	3,75	(0,03)

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Crédito interno	3.409.475	35.783	4.536.363	48.966
Créditos vencidos	809.640	8.497	300.241	3.241
	4.219.115	44.280	4.836.604	52.207
Provisões para Crédito (vide nota 18)	(368.974)	(3.872)	(324.148)	(3.499)
	3.850.141	40.408	4.512.456	48.708

As provisões para riscos de crédito (crédito normal, vencido e de cobrança duvidosa, conforme descrito na alínea c) da nota n.º 2.3, totalizam 368.974 milhares de Kwanzas (2010: 324.148 milhares de Kwanzas), o que representa 8,75% do total de créditos.

Os princípios básicos das políticas de concessão de crédito e aprovisionamento das perdas com créditos de liquidação duvidosa adoptados pelo Banco podem ser resumidos como segue:

- A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola;
- No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados, pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e, colateralização);
- Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem vindo a reforçar o ambiente de controlo, conforme evidenciado pela constituição de um comité de recuperação de crédito que tem o objectivo de gerir os créditos vencidos e vincendos que apresentam um risco de crédito acrescido.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o maior cliente do Banco representava 16,94% e 14,48% do total da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representava, naquelas datas, aproximadamente, 58,16% e 56,29% da carteira de crédito, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a accionistas do Banco ou a sociedades por eles controladas ascendia a 57.802 milhares de Kwanzas e 23.051 milhares de Kwanzas, respectivamente (Nota 30).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Em 31 de Dezembro de 2011 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	%
Construção	634.905	6.663	15
Comércio	641.638	6.734	15
Transportes e comunicação	-	-	-
Prestação de serviços e imobiliária	-	-	-
Indústrias transformadoras	40.828	428	1
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	938.916	9.854	22
Pescas e Agricultura	31.931	335	1
Particulares	1.930.897	20.266	46
	4.219.115	44.280	100

Em 31 de Dezembro de 2010 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	%
Construção	532.026	5.743	11
Comércio	1.402.615	15.140	29
Transportes e comunicação	-	-	-
Prestação de serviços e imobiliária	-	-	-
Indústrias transformadoras	96.732	1.044	2
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	145.098	1.566	3
Pescas e Agricultura	48.366	522	1
Particulares	2.611.767	28.192	54
	4.836.604	52.207	100

Crédito por moeda

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Kwanzas	1.093.872	11.480	1.074.417	11.597
Dólares americanos	3.125.119	32.799	3.762.040	40.608
Outras moedas	124	1	147	2
	4.219.115	44.280	4.836.604	52.207

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 19,2% e 22,78%, respectivamente, para crédito em moeda nacional e 9,70% e 9,25%, respectivamente, para crédito expresso em moeda estrangeira.

A decomposição dos créditos vencido por classe de risco é como segue abaixo:

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
A	-	-	-	-
B	588.269	6.175	43.882	474
C	18.435	193	26.966	291
D	1.994	21	27.770	300
E	87.995	923	28.341	306
F	10.008	105	30.888	333
G	102.939	1.080	142.394	1.537
	809.640	8.497	300.241	3.241

A matriz de migração de risco dos tomadores de crédito é apresentada abaixo:

Risco	2011										Carteira 2010
	A	B	C	D	E	F	G	WO	Reduções	Total	
A	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
B	0,00%	55,21%	6,59%	0,00%	0,20%	0,55%	0,00%	0,00%	37,44%	93,49%	4.521.590
C	0,00%	24,10%	65,19%	0,00%	7,78%	2,93%	0,00%	0,00%	0,00%	0,71%	34.188
D	0,00%	0,00%	0,00%	7,18%	10,40%	82,42%	0,00%	0,00%	0,00%	0,60%	29.256
E	0,00%	0,00%	0,00%	12,81%	0,00%	0,00%	87,19%	0,00%	0,00%	0,61%	29.447
F	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	27,52%	8,90%	0,00%	63,58%	0,80%	38.820
G	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	22,73%	40,43%	36,85%	3,79%	183.303
Total	0,00%	51,78%	6,63%	0,12%	0,31%	1,26%	1,46%	1,53%	36,91%	100,00%	
Carteira 2010	-	2.504.542	320.450	5.873	14.908	60.796	70.789	74.101	1.785.145		4.836.604

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os créditos renegociados ascenderam a mAKZ 81.774 e mAKZ 95.354, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foram abatidos ao Activo por utilização de provisões, créditos que se encontravam classificados no nível de risco G nos montantes de mAKZ 74.101 e mAKZ 41.377, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

A distribuição por faixa de vencimento é apresentada abaixo:

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Crédito Interno				
Em moeda estrangeira:				
Até 1 ano	1.086.669	11.405	1.140.713	12.313
De 1 a 5 anos	1.119.122	11.745	1.306.915	14.107
Mais de 5 anos	919.452	9.650	1.314.559	14.190
	<u>3.125.243</u>	<u>32.800</u>	<u>3.762.187</u>	<u>40.610</u>
Em moeda nacional:				
Até 1 ano	560.913	5.887	341.482	3.686
De 1 a 5 anos	497.838	5.225	391.231	4.223
Mais de 5 anos	-	-	333.330	3.598
Adiantamento a depositantes	35.121	368	8.374	90
	<u>1.093.872</u>	<u>11.480</u>	<u>1.074.417</u>	<u>11.597</u>
	4.219.115	44.280	4.836.604	52.207

O movimento das provisões de crédito durante o ano 2011 é apresentada abaixo:

Milhares de Kwanzas	Provisão para crédito
Resultado em 31 de Dezembro de 2010	324.148
Reforços	118.928
Utilizações	[74.101]
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	368.975

7. PARTICIPAÇÕES

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:				
Capital	19.593	206	19.593	212
Prestações Suplementares	34.540	365	19.641	212
Imparidade - capital	[363]	[7]	-	-
	<u>53.770</u>	<u>564</u>	<u>39.234</u>	<u>424</u>
Bolsa de Valores e Derivados de Angola	20.492	215	20.492	221
	74.262	779	59.726	645

As participações financeiras encontram-se valorizadas de acordo com o constante da alínea f) da nota n.º 2.3. As prestações suplementares são remuneradas à taxa Libor a 6 meses mais 325 pontos de base.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

IMOBILIZADO INCORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Sist.Trat.Aut.Dados"Software"	68.043	18.308	-	(14.396)	-	71.955
Gastos de Org. e Expansão	233	-	-	(233)	-	-
Benfeitorias Imov. de Terceiro	689.115	105.624	235.542	(3.183)	-	1.027.098
Outras Imobil. Incorpóreas	113	-	-	1.186	-	1.299
	757.503	123.932	235.542	(16.626)	-	1.100.352
Amortização						
Sist.Trat.Aut.Dados"Software"	(47.534)	(5.814)	-	-	-	(53.348)
Gastos de Org. e Expansão	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias Imov. de Terceiro	(182.524)	(35.229)	-	-	-	(217.753)
Outras Imobil. Incorpóreas	(245)	(797)	-	-	-	(1.042)
	(230.303)	(41.840)	-	-	-	(272.143)
Valor Líquido						
Sist.Trat.Aut.Dados"Software"	20.509	12.494	-	(14.396)	-	18.607
Gastos de Org. e Expansão	233	-	-	(233)	-	-
Benfeitorias Imov. de Terceiro	506.591	70.395	235.542	(3.183)	-	809.345
Outras Imobil. Incorpóreas	(132)	(797)	-	1.186	-	257
	527.201	82.092	235.542	(16.626)	-	828.209
IMOBILIZADO CORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Móveis de Uso Próprio	30.418	17.434	189.506	24.774	-	262.132
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	839.775	134.583	20.161	(39.721)	(29.613)	925.185
Imobilizado em curso	513.749	623.354	(445.208)	(68.266)	-	623.629
	1.383.942	775.371	(235.541)	(83.213)	(29.613)	1.810.946
Amortização						
Móveis de Uso Próprio	(642)	(3.431)	-	-	-	(4.073)
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(461.652)	(90.643)	-	-	29.613	(522.682)
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-
	(462.294)	(94.074)	-	-	29.613	(526.755)
Valor Líquido						
Móveis de Uso Próprio	29.776	14.003	189.506	24.774	-	258.059
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	378.123	43.940	20.161	(39.721)	-	402.503
Imobilizado em curso	513.749	623.354	(445.208)	(68.266)	-	623.629
	921.648	681.297	(235.541)	(83.213)	-	1.284.191

As regularizações no imobilizado, resultaram de um trabalho feito durante o ano para compatibilizar o sub-sistema de gestão de imobilizado com a contabilidade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

9. CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Compensação electrónica	54.474	571	19.824	214
Operações activas a regularizar	9.066	95	6.917	75
Outros devedores	59.274	623	108.611	1.172
	122.814	1.289	135.352	1.461

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Outros Devedores" inclui um saldo corresponde às diferenças identificadas entre o módulo de contabilidade e de imobilizado do Banco, as quais estão a ser alvo de investigação.

10. OUTROS VALORES

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Probecea	384.942	4.039	384.942	4.155
Adiantamentos a fornecedores	1.491	16	139.891	1.510
Economato	16.639	175	13.439	145
Despesas com custos diferidos	49.021	515	92.084	994
-De seguros	-	-	29.554	319
-Rendas e alugueres	42.262	444	57.384	619
-Outros	6.759	71	5.146	56
Participação – sede ABANC	24.151	253	24.151	261
Selos de Circulação	13.622	143	9.820	106
Outros	67	1	9.657	104
	489.933	5.142	673.984	7.275

A rubrica "Probecea" refere-se a uma dívida da empresa Probecea – Gestão e Participações Sociais SARL. Esta dívida será amortizada em simultâneo com o pagamento, pelo BCA, de um dividendo especial aos anteriores accionistas. Este dividendo está considerado na proposta de aplicação de resultados tal como mencionado no relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

Quanto à rubrica Selos de Circulação, o saldo em nossos livros respeita ao montante dos mesmos que, em 31 de Dezembro de 2011, se encontravam em nossa posse para venda ao público na qualidade de agente autorizado para o efeito pela Direcção Nacional de Impostos, sendo de 11% a comissão cobrada pela prestação deste serviço.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

11. OUTRAS CAPTAÇÕES

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
À Vista:				
No estrangeiro	1.164.035	12.217	57.444	620
Receitas com proveitos deferidos	-	-	1.911	21
	1.164.035	12.217	59.355	641

12. DEPÓSITOS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Depósitos à vista:				
Em moeda nacional	12.572.820	131.955	4.417.655	47.685
Em moeda estrangeira	11.159.767	117.124	9.749.595	105.238
	23.732.587	249.079	14.167.250	152.923
Depósitos a prazo:				
Em moeda nacional	3.887.330	40.798	2.575.472	27.800
Em moeda estrangeira	1.951.362	20.480	2.506.977	27.061
	5.838.692	61.278	5.082.449	54.861
	29.571.279	310.357	19.249.699	207.784

13. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Cheques visados	57.992	609	77.366	835
Cheques e ordem a pagar MN	6.051	63	16.992	183
Dividendo por pagar	46.200	485	46.200	499
Outros passivos a regularizar	115.357	1.211	20.285	219
Sobras de caixa	13.093	137	8.275	89
	238.693	2.505	169.118	1.825

14. OPERAÇÕES CAMBIAIS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Recursos vinculados a op. Cambiais	834.384	8.758	131.235	1.417

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

15. OUTROS OBRIGAÇÕES

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Credores				
Fornecedores	129.100	1.355	114.281	1.234
Provisões e outros	139.837	1.467	149.100	1.609
Pessoal	73.459	771	50.279	543
Obrigações fiscais	157.689	1.655	182.570	1.971
Outros	4.837	51	6.872	74
	504.922	5.299	503.102	5.431

A Rubrica Obrigações Fiscais MN refere-se, essencialmente, a dívidas por Imposto Industrial 147.853 milhares Kwanzas, retenção de IRT, Imposto de Selo, e descontos para Segurança Social. Todos esses valores serão liquidados no ano 2012.

16. CAPITAL

O capital social actual do Banco é de 1.308.702 milhares de Kwanzas, equivalente a 15.000 milhares de Dólares representado por 3.271.754 acções com valor nominal de AKZ 400 cada e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital do banco é detido por 28 accionistas de origem Angolana. Adicionalmente o referido capital é detido por particulares e empresas em 63,6% e 36,4% respectivamente.

17. CAPITAL E MOVIMENTO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Milhares de Kwanzas	Capital Social	Acções Próprias	Actualização Monetária Capital Social	Reservas e Fundos	Result. Potenc.	Result. Exerci.	Total
Resultado em 31 Dez. 2010	1.308.702	(20.381)	82.579	1.222.538	58.359	689.319	3.341.116
Transf. do resultado de 2010	-	-	-	600.121	-	(600.121)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(89.198)	(89.198)
Reserv. reaval. justo valor	-	-	-	-	(58.359)	-	(58.359)
Reserv. reaval. justo valor 2011	-	-	-	-	31.669	-	31.669
Venda de acções próprias	-	20.381	-	-	-	-	20.381
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	903.284	903.284
Saldos em 31 Dez. 2011	1.308.702	-	82.579	1.822.659	31.669	903.284	4.148.893

As Reservas para Manutenção de Fundos Próprios foram calculadas com base na política contabilística descrita na alínea h) da nota n.º 2.3.

Os montantes registados nas rubricas de Reserva Legal e Outras Reservas foram constituídos nos termos da legislação aplicável e corresponde à aplicação do resultado líquido em Kwanzas referente ao exercício anterior.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Do valor total de reservas apenas estão disponíveis para distribuição os valores relativos a outras reservas.

Os resultados potenciais derivam da valorização a justo valor de alguns títulos classificados como disponíveis para venda, cujo total apurado foi de 32.027 milhares de Kwanzas e após dedução do imposto diferido no valor de 358 milhares de Kwanzas, resultou numa reserva de 31.669 milhares de Kwanzas.

18. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Crédito Interno	476.482	5.075	510.655	5.556
Juros Aplic. em I.C. no Estrang. "ME"	2.897	31	4.128	45
Juros Aplic. em I.C. no País "MN"	236.392	2.518	276.896	3.013
Juros Devedores Outras Aplicações	47.358	504	5.598	61
Títulos	871.725	9.284	551.705	6.003
	1.634.854	17.412	1.348.982	14.678

As rubricas Juros de Aplicações em Instituições de Crédito reflectem os juros provenientes de aplicações financeiras quer no país quer no estrangeiro, e em diferentes moedas.

Os juros de crédito interno reflectem a remuneração respeitante ao exercício de 2011 de todos os créditos concedidos. Os juros de crédito vencido referem-se a juros de mora suportados pelos clientes e decorrentes de atrasos na liquidação de compromissos de crédito.

Os proveitos relativos a títulos respeitam à remuneração de TBCs, BTs e OTs.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano e enquadrados nos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam da isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos de quaisquer títulos da dívida pública, para efeitos de apuramento da contribuição industrial a pagar.

19. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Depósitos	308.725	3.288	293.068	3.189
Recursos de IC's no País – MN	-	-	6.942	76
Outros Recursos ref. Op.Venda Títulos c/ Acordo Recompra	312	3	12.475	135
	309.037	3.291	312.485	3.400

Os custos constantes desta rubrica são compostos pelas remunerações do exercício de 2011 pagas aos clientes, respeitantes às suas aplicações em depósitos a prazo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

20. COMISSÕES RECEBIDAS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Comissões recebidas p/ levantam. MN e ME	74.560	794	72.012	784
Por serviços bancários prestados	593.025	6.316	504.744	5.492
Por garantias prestadas	24.449	260	35.604	387
	692.034	7.370	612.360	6.663

As comissões por serviços bancários correspondem aos proveitos obtidos com a intermediação das operações de importação, transferências Moneygram, seguros entre outros.

21. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Lucros em operações cambiais	1.403.452	14.948	1.524.036	16.582
Prejuízos em operações cambiais	(399.927)	(4.260)	(630.833)	(6.863)
	1.003.525	10.688	893.203	9.719

22. OUTROS PROVEITOS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Emissão de Cheque Bancário	321	4	359	4
Pela venda de cheque	1.109	12	2.624	29
Reembolso de despesas	1.454	15	2.114	23
Outros	1.364	14	18.011	195
	4.248	45	23.108	251

23. CUSTOS COM PESSOAL

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Encargos sociais obrigatórios	35.541	379	34.242	373
Encargos sociais facultativos	30.987	330	23.611	257
Remuneração dos empregados	774.768	8.251	704.388	7.664
Outros	12.866	137	11.228	122
	854.162	9.097	773.469	8.416

O número de empregados ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2011 foi de 238 (em 31 de Dezembro de 2010 era de 222).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

24. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Comunicações	81.276	866	28.729	313
Conservação e reparação	44.794	477	18.737	204
Custos c/trabalho independente	51.321	546	54.652	595
Deslocações	56.651	603	51.314	558
Fornecimentos de terceiros	150.690	1.605	96.465	1.050
Publicidade	47.355	504	50.451	549
Rendas e alugueres	122.311	1.303	180.052	1.959
Seguros	3.738	40	2.659	28
	558.136	5.944	483.059	5.256

25. OUTROS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Serviços de informática	25.532	272	40.824	444
Serviços de segurança	84.763	903	71.384	777
Transportes de pessoal e de valores	37.504	400	29.929	326
Encargos c/ formação do Pessoal	11.262	120	4.693	51
Outros serviços de terceiros	80.158	853	55.270	601
	239.219	2.548	202.100	2.199

26. PROVISÕES

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Para crédito e juros vencidos	118.928	1.267	149.322	1.612

27. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Recuperação de créditos incobráveis	(9.056)	(96)	(46.246)	(502)
Proveitos exercícios anteriores	(29.672)	(315)	(26.473)	(288)
Custos exercícios anteriores	63.530	675	71.451	777
Outros resultados	(1.567)	(17)	1.134	12
	23.235	247	(134)	(1)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

28. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2011 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	1.051.137	832.729
Multas fiscais	4.110	1.588
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos da dívida pública	(632.810)	(424.573)
Lucro tributável	422.437	409.744
Taxa nominal	35%	35%
Imposto a pagar	147.853	143.410
Taxa efectiva	14%	17%

29. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	(942.631)	(9.893)	(741.144)	(8.000)
Crédito documentários abertos	(614.679)	(6.451)	(106.664)	(1.151)
	(1.557.310)	(16.344)	(847.808)	(9.151)
Responsabilidades por prestação de serviços				
Depósito e guarda de títulos	(3.069.889)	(32.219)	(3.014.470)	(32.539)
Garantias recebidas				
Garantias recebidas	1.069.540	11.225	1.039.918	11.225

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

30. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas, foram os seguintes:

	2011 Milhares de Kwanzas	2011 Milhares de Dólares	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares
Activo:				
Outros valores	384.942	4.039	524.833	5.665
Crédito	57.802	607	23.051	249
	442.744	4.646	547.884	5.914
Passivos:				
Depósitos	28.551	300	16.305	176
	28.551	300	16.305	176

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as entidades relacionadas são as seguintes:

Probecea – Gestão de Participações SARL

GEFI – Sociedade de Gestão de Participações, SARL

Fundo de Pensões e Jatoadinhi, Lda

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

31. BALANÇOS POR MOEDA

	2011 Moeda Nacional	2011 Moeda Estrangeira	Total
ACTIVO			
Disponibilidades	4.466.134	6.882.894	11.349.028
Operações no mercado inter financeiro	4.302.792	3.595.834	7.898.626
Títulos e Valores Mobiliários	8.662.579	1.953.041	10.615.620
Créditos sobre clientes	724.898	3.125.243	3.850.141
Participações	74.262	-	74.262
Imobilizações incorpóreas	828.209	-	828.209
Imobilizações corpóreas	1.284.191	-	1.284.191
Créditos no sistema de pagamentos	120.680	2.134	122.814
Outros Valores	443.830	46.103	489.933
	20.907.575	15.605.249	36.512.824
PASSIVO			
Outras captações	33.799	1.130.236	1.164.035
Depósitos	16.460.150	13.111.129	29.571.279
Obrigações no sistema de pagamentos	125.842	112.851	238.693
Operações cambiais	-	834.384	834.384
Outras obrigações	287.369	217.553	504.922
Provisões p/ responsabilidades potenciais	-	50.618	50.618
	16.907.160	15.456.771	32.363.931
FUNDOS PRÓPRIOS			4.148.893

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

	2010 Moeda Nacional	2010 Moeda Estrangeira	Total
ACTIVO			
Disponibilidades	4.174.860	2.952.259	7.127.119
Operações no mercado inter financeiro	1.485	2.424.375	2.425.860
Títulos e Valores Mobiliários	5.162.696	1.954.831	7.117.527
Créditos sobre clientes	750.269	3.762.187	4.512.456
Participações	59.726	-	59.726
Imobilizações incorpóreas	527.201	-	527.201
Imobilizações corpóreas	921.648	-	921.648
Créditos no sistema de pagamentos	21.679	113.673	135.352
Outros Valores	491.863	182.121	673.984
	12.111.427	11.389.446	23.500.873
PASSIVO			
Outras captações	-	59.355	59.355
Depósitos	6.993.127	12.256.572	19.249.699
Obrigações no sistema de pagamentos	169.118	-	169.118
Operações cambiais	-	131.235	131.235
Outras obrigações	310.711	192.391	503.102
Provisões p/ responsabilidades potenciais	-	47.248	47.248
	7.472.956	12.686.801	20.159.757
FUNDOS PRÓPRIOS			3.341.116

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2011 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.



ESCULTURA

Efígie sepulcral *ntadi* (sing. de *mintadi*), esculpida em esteatite, dum homem ajoelhado, armado duma espingarda.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas (1994, pág. 79)

Número de Inventário: AN.091
Categoria: Escultura
Grupo Cultural: Kakongo - Angola
Informação Técnica: Pedra-sabão

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © DGPC / DDCI



Senhores accionistas,

De acordo com as disposições legais e regulamentares Angolanas, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e emitir o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Comercial Angolano (BCA), relativos ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade dos registos contabilísticos, bem como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que apraz registar.

As contas foram objecto de uma auditoria completa levada a cabo pelos auditores externos do Banco, cuja opinião é que as demonstrações financeiras apresentam de uma forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCA em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as mutações dos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras em Angola emanado pelo Banco Nacional de Angola.

Tendo ponderado o relatório do Auditor externo, é parecer do Conselho Fiscal que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2011.

O Conselho Fiscal

18 de Maio, 2012



Deloitte & Touche - Auditores, Lda
Rua Kwamme Nkrumah, 10-2º
Luanda
República de Angola

Tel.: +[244] 222 679 600
Fax: +[244] 222 679 690
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Angolano, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco"), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de mAKZ 36.495.016 e fundos próprios de mAKZ 4.148.893, incluindo um resultado de mAKZ 903.284, as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Contribuinte: 5401022670 | Capital Social: KZ 1.620.000
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 106-97

Member of Deloitte Touche Tohmatsu





Página 2 de 2

Reserva

4. No decurso do nosso trabalho, identificamos que os procedimentos de controlo interno em vigor no Banco na área de compras de bens e serviços não asseguram ainda na sua totalidade o atempado registo das operações e a correcta especialização de custos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011. Adicionalmente, à data deste relatório, não obtivemos respostas para um número significativo de pedidos de confirmação de saldos, transações e outras informações, solicitados a vários fornecedores, nem nos foi possível efectuar procedimentos alternativos eficazes no que se refere aos saldos credores registados na rubrica "Outras obrigações - Credores por aquisição de bens e direitos".

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Angolano, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector Bancário (Nota 2).

Luanda, 18 de Maio de 2012, excepto para alteração de redacção do parágrafo 4 acima cuja data é de 25 de Maio de 2012.

